



## Comissão Mista de Reavaliação de Informações

## 143ª Reunião Ordinária

Decisão CMRI nº 165/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 01217.002487-2024-78

Órgão: IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Requerente: 097276

## Resumo do Pedido

O cidadão, requereu informações sobre:

A soma dos recursos públicos e privados controlados pelo IBICT que foram transferidos, via convênio e/ou contrato, para a FUNDEP e FINATEC, que ainda não foram auditado: CGU;

Informações sobre servidores do IBICT e da UNB beneficiados com bolsas nas fundações FUNDEP e FINATEC, contendo: nome, cargo/função (se comissionado durante o informar atribuições do cargo), número de bolsas, valores recebidos (por bolsa e total), cargas horárias, locais de trabalho, atividades, origem do recurso (se público ou privado) entregas/relatórios não protegidos de sigilo, nome do responsável pela indicação do bolsista e nome do validador da entrega.

## Resposta do órgão requerido

Inicialmente, o órgão requerido informou que, no momento (18.03.2024), estaria passando por auditoria da CGU, órgão que teria acesso a todos os projetos de pesquisa do IBICT e estaria em fase de elaboração de seu relatório. Na sequência, o recorrido invocou o parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.724/12, para informar que:

a) a lista de servidores contemplados por bolsas de pesquisa é feita de forma ativa e pode ser obtida por meio do link: <https://dados.ibict.br/dataset/bolsistas-vinculados-a-fundacao-de-apoio/resource/47ecdfab-1781-4f64-a4a2-0b4c0f48f7ba>;

b) a lista de servidores do IBICT e da UNB se encontra no endereço <https://portal.datatransparencia.gov.br/>, onde deve ser realizada a consulta por órgão;

c) os relatórios de pesquisa individual são protegidos pois podem dar origem à publicação de artigos científicos, que demandam ineditismo;

d) os relatórios disponíveis podem ser obtidos no endereço <https://labcotec.ibict.br/omp/index.php/edcotec/catalog>.

## Recurso em 1ª instância

O cidadão recorreu argumentando não terem sido prestadas as informações requeridas e ressaltou a obrigação do órgão público quanto ao fornecimento de informações “de inequívoca”.

## Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

O IBICT respondeu que “as informações solicitadas estão disponíveis nos links informados e já fazem parte do processo de transparência ativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)”. □

## Recurso em 2ª instância

Em seu recurso, o cidadão aduziu não terem sido apresentadas respostas para todas as questões indicadas no seu pedido de acesso à informação e indicou contradição entre a resposta do órgão neste expediente e aquela prestada no pedido de acesso nº 01217.008560/2022-53, do qual transcreveu o resultado: “informamos que as chamadas públicas e os critérios de contratação relacionados na lista publicada em [dados.ibict.br](https://dados.ibict.br) foram divulgados, durante os períodos de inscrição, no site da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (https://www.fundep.ufmg.br/vagas/vagas-projetos/). No âmbito dos processos relativos aos projetos que solicitaram as contratações, localizados no Sistema Eletrônico de Informações, os dados disponíveis foram organizados pelo IBICT a partir dos links e consolidados em planilha que anexou; os nomes dos funcionários do IBICT ocupantes de cargos podem ser obtidos no link: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o-ibict-1/quem-e-quem>, bem como a planilha; quanto ao local, informou que as bolsas de pesquisa são realizadas de forma remota; não é possível disponibilizar os relatórios de pesquisas individuais, uma vez que, pela sua natureza, podem dar origem à publicação de artigos científicos que demandam ineditismo; as informações sobre cargos e funções da UNB devem ser solicitadas àquele órgão”.

## Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

O órgão recorrido respondeu apresentando informações para cada item, afirmando e indicando:

o link <https://dados.ibict.br/dataset/contratos-firmados-com-fundacao-de-apoio> para acessar os projetos do IBICT que estariam divulgados no repositório de dados abertos. Afirmando que possui informação sobre os quais projetos estão ou não sendo auditados pela CGU ou TCU e alegou que tal informação deve ser requerida aos próprios órgãos de fiscalização e que os dados disponíveis foram organizados pelo IBICT a partir dos links e consolidados em planilha que anexou;

os nomes dos funcionários do IBICT ocupantes de cargos podem ser obtidos no link: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o-ibict-1/quem-e-quem>, bem como a planilha;

quanto ao local, informou que as bolsas de pesquisa são realizadas de forma remota;

não é possível disponibilizar os relatórios de pesquisas individuais, uma vez que, pela sua natureza, podem dar origem à publicação de artigos científicos que demandam ineditismo; as informações sobre cargos e funções da UNB devem ser solicitadas àquele órgão.

## Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

Em seu recurso, o cidadão argumentou que não é possível encontrar respostas para todas as questões abordadas no pedido, principalmente as constantes no item 2, por meio de acesso indicados pelo IBICT. Reiterou a contradição entre a resposta do órgão neste expediente e aquela prestada no pedido de acesso nº 01217.008560/2022-53 e alertou para a conduta de recusa ou retardamento deliberado do fornecimento de informações, prevista no art. 32 da LAI.

## Análise da CGU

A CGU considerou que, no seu recurso, o cidadão “não expôs quais dados não haviam sido disponibilizados, não sendo possível identificar aquilo que ele alegou não ter sido obtido”, então, chegar à conclusão subjetiva de que “o requerente deseja que a informação seja ofertada obedecendo ao formato de como fora solicitado”. Alegou, na sequência, que a “Entidade pública demandada não está obrigada a cumprir essa condição” e disparou que o requerente deve extrair “as informações de seu interesse por meio de acesso aos dados disponíveis, conforme indicação do IBICT”. Nesse rumo de ideias, concluiu que o recorrido atendeu à demanda por ter apresentado “pontualmente” as informações em segunda instância. Ainda relatou ter acesso aos links e arquivos anexos para confirmar a prestação das informações requeridas.

## Decisão da CGU

A CGU não conheceu do recurso, pois entendeu que não houve negativa de acesso à informação, sendo este um dos requisitos de admissibilidade do recurso, nos termos do art. 12.527/2011.

## Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

O cidadão recorreu à CMRI nos seguintes termos “Negação do recurso interposto sem a devida fundamentação”

## Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso conhecido parcialmente. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito de cabimento foi parcialmente atendido, visto que não houve negativa de acesso para parte da informação solicitada.

## Análise da CMRI

Em análise aos autos, identificou-se que foram fornecidos vários dados ao Requerente na instância inicial e na 2ª instância recursal. Dito isto, para melhor entendimento foi agn os dados solicitados com as informações prestadas, a saber:

a) A soma dos recursos públicos e privados controlados pelo IBICT que foram transferidos, via convênio e/ou contrato, para a FUNDEP e FINATEC, que ainda não for pelo TCU e CGU:

- foi encaminhado, na 2ª instância, a planilha "20240401\_contratos-com-fundacoes-projetos-de-apoio\_atualizada\_marco.csv", com relação de projetos, sem dados : dos recursos. Entretanto, nessa planilha há uma coluna com um link para "relatórios" (<http://transparencia.fundep.ufmg.br/> e <https://www.finatec.org.br/transparencia> caso da FUNDEP, ao entrar no link facilmente identificamos a guia "Projetos", que ao acionar já apresenta campos de busca, dentre eles o de "Financiador" do pr ao selecionarmos o financiador IBICT é apresentado os dados requeridos sobre os valores. No que se refere a FINATEC, o link direciona para uma página instituição, não sendo localizado dados sobre os projetos para acesso aos dados dos valores. Nesse sentido, foi realizado interlocução com o IBICT para que fo: onde estaria localizado os valores dos recursos para os Projetos referente a FINATEC, em resposta o órgão informou:

"Para acesso aos dados dos recursos na página da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, siga o passo a passo a seguir:

1. Acessar o site oficial da FINATEC: <https://www.finatec.org.br/>;
2. No menu superior, localizar a aba Transparência e clicar na opção Portal da Transparência;
3. Dentro da caixa Projetos, localizar o campo Financiadora e digitar IBICT;
4. Depois é só clicar em Consultar.

Link

direto: <https://conveniar.finatec.org.br/Portaltransparencia>

[txtNomeProjeto=&txtNomePessoaResponsavel=&txtNomePessoaFinanciador=IBICT&txtDataAssinatura=&ddlCodStatusConvenio=10&ddlFiltroClassificacao=0&pagina=proj](#)

- ainda sobre o item a, entendeu-se que foi fornecido dados de todos os projetos independente de auditoria do TCU e da CGU, pois o Recorrido informou, em 2ª ir possuir informação sobre quais projetos estão ou não sendo auditados pela CGU/TCU". Assim, na interlocução solicitou-se ao IBICT que esclarecesse o fato de, inicial, ter registrado que estaria passando por auditoria da CGU e na 2ª instância informar não saber quais projetos (ou se teve projetos) auditados. Ademais, informar se algum relatório sobre essa auditoria estaria público, para o Requerente, caso queira realizar as análises sobre a identificação ou não de possi auditados. Aproveitamos, para questionar se realmente não possuem nenhuma informação sobre a ocorrência de auditoria do TCU sobre projetos que possa triagem de projetos possivelmente auditados. Em resposta foi informado:

"Conforme informado, quando da auditoria da Controladoria-Geral da União – CGU, os dados de todos os projetos de pesquisa realizados por este Instituto foram fornecido controle, não sendo possível especificar quais projetos foram auditados pela CGU.

O Relatório Final da auditoria realizada, quanto a atuação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IbiCT na execução de projetos de pesquisa, está site da CGU e pode ser acessado através do link: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorio/1420930>.

Informamos, também, que não possuímos informações acerca da ocorrência de auditoria do Tribunal de Contas da União – TCU no âmbito deste IbiCT."

b) Informações sobre servidores do IBICT e da UNB beneficiados com bolsas nas fundações FUNDEP e FINATEC, contendo: nome, cargo/função (se comissiona recebimento, informar atribuições do cargo), número de bolsas, valores recebidos (por bolsa e total), cargas horárias, locais de trabalho, atividades, origem do público ou privado), cópia das entregas/relatórios não protegidos de sigilo, nome do responsável pela indicação do bolsista e nome do validador da entrega.

- no pedido inicial foi indicado o que os dados estariam disponíveis no link <https://dados.ibict.br/dataset/bolsistas-vinculados-a-projetos-com-apoio/resource/47ecdab-1781-4f64-a4a2-0b4c0f48f7ba>. E, no âmbito da 2ª instância recursal, foi enviado a planilha "Servidores IbiCT - UnB\_atualizada.xlsx". Em ra fontes, foi questionado em interlocução se os dados se complementaríamos já que as informações não são idênticas. Em resposta foi informado:

"Não se trata de complementação. As informações constantes na planilha "Servidores IbiCT - UnB\_atualizada.xlsx" foram extraídas do repositório de dados abertos do IbiCT dados constantes no link: <https://dados.ibict.br/dataset/bolsistas-vinculados-a-projetos-com-fundacao-de-apoio/resource/47ecdab-1781-4f64-a4a2-0b4c0f48f7ba>."

A partir do esclarecimento acima, considerando os dados constantes na planilha e no link indicado, identificamos:

\* o nome foi informado;

\* o cargo/função – para servidores da UNB devem ser solicitados a universidade, pois o IBICT não possui o dado; para servidores do IBICT devem olhar [transparência](#) a partir do nome/CPF descaracterizado;

\* número de bolsas – consta nas listagens repetido o nome do bolsista na quantidade de bolsas que possui para cada projeto;

\* valores recebidos – consta nas listagens o valor de cada bolsa;

\* carga horária – consta nas listagens;

\* locais de trabalho – foi informado apenas que "as bolsas de pesquisa são realizadas de forma remota" - nesse ponto solicitamos em interlocução que fos: detalhado como é essa realização das atividades. Em resposta foi informado que "As atividades de pesquisa dos bolsistas, no âmbito deste Instituto, sê prioritariamente de forma remota, sendo possível, de acordo com a necessidade, possibilidade e capacidade do órgão, que as atividades sejam executadas na físicas do IbiCT."

\* atividades – consta nas listagens;

\* origem do recurso – não identificado nas listagens. A ausência da informação foi questionada na interlocução, em resposta o IBICT informou: "Conforme solicita dos Contratos firmados com Fundação de Apoio foi atualizada com a coluna Origem do Recurso e devidamente publicada no repositório de dados abertos do IbiCT, acessada através do link: <https://dados.ibict.br/dataset/contratos-firmados-com-fundacao-de-apoio/resource/db7da713-d18b-4421-b250-594ec1f85e2f>."

\* cópia das entregas/relatórios não protegidos de sigilo – foi informado "os relatórios de pesquisas individuais, se tratam de documentos não disponíveis para envic dar origem à publicação de artigos científicos, que demandam ineditismo". Em interlocução foi solicitado o embasamento legal da restrição de acesso para es: individuais. O Recorrido registrou que:

"Conforme informado, os relatórios de pesquisas individuais se tratam de documentos não disponíveis para envio, pois podem dar origem à publicação de artigos científic inerentes ao projeto, que demandam ineditismo. Tal restrição se justifica pela proteção à propriedade intelectual prevista no artigo 7, inciso I, da Lei nº 9.610/1998 (Le Autorais):

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

(...)

Informamos, ainda, que os Relatórios Técnicos Finais, dos projetos de pesquisa realizados pelo IbiCT, são publicados no site deste Instituto, e podem ser acessados ai <https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/relatorios-tecnicos-de-projeto/2023>. Para facilitar o acesso, siga o passo a passo a seguir:

1. Acessar o site oficial do IbiCT: <https://www.gov.br/ibict/pt-br>;
2. Na parte superior, clicar no Menu de Opções e na guia Acesso à Informação clicar na aba Prestação de Contas;
3. Depois é só clicar em Relatórios Técnicos de Projetos."

\* nome do responsável pela indicação do bolsista – foi informado que seria o coordenador do projeto. E em interlocução agregaram a informação que:

"A Portaria IBICT nº 136, de 18 de julho de 2024, em anexo, estabelece critérios para seleção de ampla concorrência e contratação de bolsistas em projetos de pesquisa nc IbiCT. Conforme informado, o responsável pela indicação do bolsista é o próprio coordenador do projeto, e de acordo com o artigo 3º, parágrafo único, da referida Portaria, e bolsista pelo coordenador leva em consideração as demandas especializadas do projeto de pesquisa. A autoridade que autoriza a contratação é o Diretor do IbiCT."

\* Validador da entrega – não localizado nas listagens. Em interlocução especificaram que: "O validador das entregas é o próprio coordenador do projeto, c procedimento estabelecido no artigo 3º da Portaria IBICT nº 139, de 19 de julho de 2024".

Diante do exposto, entende-se que não houve negativa de acesso para o item "a", já que os dados estão em transparência ativa, não sendo possível conhecer essa parcela do re como o que se refere ao item "b", quanto a concessão do nome; número de bolsas; valores recebidos; carga horária; locais de trabalho; atividades e nome do responsável pela bolsista; pois os dados foram fornecidos nas instâncias prévias. Também entende-se pelo não conhecimento da parcela do recurso em relação ao cargo/função dos bolsistas do II podem ser acessados em portal que está em transparência ativa, e dos bolsistas da UNB, porque é informação inexistente no âmbito do Recorrido; Em relação aos dados sot recurso, bem como o ao acesso as entregas/relatórios não protegidos por sigilo e, o nome do validador da entrega, decide-se pelo conhecimento e entende-se que essa parcela objeto por ter atingido a sua finalidade com a prestação da informação requerida pelo cidadão durante a instrução desta 4ª instância recursal, na forma do art. 52 da Le combinado com art. 20 da Lei de Acesso à Informação.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, conhece parcialmente o recurso, deixando de conhecer as parcelas do recurso que foram atendidas nas prévias, não havendo, portanto, negativa de acesso à informação que é requisito de admissibilidade recursal, nos termos do art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, c/c os arts. 6º e 7º da Resolução CMRI nº 6, de 2022, bem como da informação declarada inexistente no órgão, sendo cabível ao caso a aplicação da Súmula CMRI nº 6/2015. Na parcela que conhece a extinção, decorrente do reconhecimento da perda do seu objeto, em vista da prestação da informação requerida pelo cidadão durante a instrução deste recurso, com fundamento na Lei nº 9.784/99 c/c art. 20 da LAI.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 11/04/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 15/04/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS, Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 28/04/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6530528** e o código CRC **09E0716F** no site: [https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)